

O CENTRO DE INFORMÁTICA E AUTOMAÇÃO DO ESTADO DE SANTA CATARINA S/A - CIASC com sede em Florianópolis na Rua Murilo Andriani, nº 327, Itacorubi, inscrito no CNPJ/MF sob nº. 83.043.745/0001-65, doravante denominado **CONTRATANTE**, neste ato representado por seu Diretor-Presidente, Sr. Gustavo Madeira da Silveira e por sua Diretora de Tecnologia da Informação, Sra. Cristina Orthmann da Silva, e a **MHNET TELECOMUNICAÇÕES LTDA**, com endereço na Avenida Presidente Kennedy, nº527, Bairro Centro, Maravilha/SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 05.245.502/0001-04, doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato representada por seu Diretor, Sr. Claudiomir Santos, têm entre si, justo e contratado a **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO DE DADOS**, conforme Especificações Técnicas, constante do Anexo I do Edital e demais condições previstas no Edital de Credenciamento 0021/2025 e no Contrato, e que se regerá pelas cláusulas e condições seguintes:

### **CLÁUSULA PRIMEIRA - DA VINCULAÇÃO**

1.1 - Vincula-se o presente contrato a Lei Federal nº 13.303, de 30 de junho de 2016 e do Regulamento de Licitações e Contratos do CIASC, disponível em <http://www.transparencia.ciasc.sc.gov.br>, ao **Edital de Credenciamento 0021/2025**, ao processo **CIASC 1574/2024**, Processo **CIASC 0930/2025** e de todos os demais elementos que compõem o Edital e as demais normas legais e regulamentares aplicáveis.

### **CLÁUSULA SEGUNDA - OBJETO**

2.1 - O presente contrato tem por objeto **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO DE DADOS**, para os lotes 02, 05 e 06, conforme Especificações Técnicas, constante do Anexo I – Termo de Referência do Edital de Credenciamento 0021/2025.

### **CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO E REAJUSTE**

3.1 - O CONTRATANTE pagará à CONTRATADA, pela execução dos serviços (fornecimento dos circuitos), os valores mensais unitários conforme tabela abaixo:

Item	Tipo	Valor Unitário
Acesso MPLS	100Mbps	R\$ 449,00
	300Mbps	R\$ 600,00
	600Mbps	R\$ 1.050,00
	1Gbps	R\$ 1.500,00
	3Gbps	R\$ 4.050,00
	5Gbps	R\$ 6.250,00
	7Gbps	R\$ 7.250,00
	10Gbps	R\$ 8.500,00
IP Dedicado	100Mbps	R\$ 495,00
	300Mbps	R\$ 750,00
	600Mbps	R\$ 1.200,00
	1Gbps	R\$ 1.850,00

	3Gbps	R\$ 5.400,00
	5Gbps	R\$ 8.500,00
	7Gbps	R\$ 11.500,00
	10Gbps	R\$ 15.360,00
	IPv4 Adicional	R\$ 29,90
Banda Larga	100Mbps	R\$ 169,00
	300Mbps	R\$ 179,00
	600Mbps	R\$ 189,00
	1Gbps	R\$ 299,00
Videomonitoramento	50Mbps	R\$ 175,00
Switch LAN	Unidade/serviço	R\$ 199,00
CPE SD-WAN	Tipo 1	R\$ 271,06
	Tipo 2	R\$ 404,89
	Tipo 3	R\$ 1.626,10
CPE SD-WAN Segurança Avançada	Tipo 1	R\$ 500,00
	Tipo 2	R\$ 789,00
	Tipo 3	R\$ 3.478,72
Licença FortiAnalyzer (custo unitário da licença)	FC1-10-AZVMS-465-01-12	R\$ 4.500,00
	FC2-10-AZVMS-465-01-12	R\$ 31.000,00
Licença FortiManager (custo unitário da licença)	FC1-10-FMGVS-258-01-12	R\$ 1.500,00
	FC2-10-FMGVS-258-01-12	R\$ 11.500,00
Rack* (pagamento único)	Unidade/serviço	R\$ 500,00

3.2 - O presente contrato tem um valor global máximo estimado de até de **R\$24.116.790,01** (vinte e quatro milhões, cento e dezesseis mil e setecentos e noventa reais e um centavo), considerando a hipótese de atendimento de todo o lote 02, 05, 06.

3.3 - Serão pagos apenas os circuitos/serviços efetivamente instalados e em utilização, de acordo com relatório a ser apresentado pela contratada mensalmente, junto com a Nota fiscal.

3.4 - No preço deverá estar incluso todo o valor incidente, tais como: impostos, taxas, fretes, seguros, garantia, encargos e demais despesas inerentes, não sendo admitido qualquer ônus adicional ao CONTRATANTE.

3.5 - **Reajuste:** Os **preços serão irreajustáveis** pelo período de 12 (doze) meses, a partir da data da publicação do edital.

3.5.1 - Decorrido este prazo o preço dos serviços poderá ser reajustado, e a cada 12 (doze) meses, mediante negociação, limitada a variação do ÍNDICE NACIONAL DE PREÇOS AO CONSUMIDOR AMPLO (IPCA), ocorrido entre o mês da data limite da entrega da proposta ou último reajuste e o mês anterior ao mês que será reajustado.

3.5.2 - Caso se verifique a extinção do índice de reajuste estipulado no item 3.5.1, este será substituído por outro índice na forma da lei. Na sua falta, um novo critério será acordado entre as partes.

### CLÁUSULA TERCEIRA - DO PAGAMENTO

4.1 - O pagamento deverá ser efetuado pelo CONTRATANTE à CONTRATADA, mensalmente, com base nos serviços efetivamente executados, no dia 25 (vinte e cinco) do mês subsequente, mediante apresentação de Nota Fiscal/Fatura, condicionado ao aceite da área competente do CONTRATANTE.

4.1.1 - O CONTRATANTE pagará somente os serviços autorizados e efetivamente prestados pela CONTRATADA.

4.1.2 - O pagamento poderá ser realizado pro rata a partir da data de disponibilização do circuito/serviço.

4.1.2 - Caso o CONTRATANTE deixe de cumprir com o pagamento na data prevista, e desde que não haja culpa da CONTRATADA, os valores poderão ser corrigidos monetariamente através do IPCA – Pro Rata Tempore.

4.2 - No pagamento, o CONTRATANTE efetuará os descontos pelo descumprimento do Acordo de Nível de Serviço, conforme estabelecido no item 12 do Anexo I – Termo de Referência.

4.2.1 - O desconto será realizado na nota fiscal referente ao mês da ocorrência da indisponibilidade/descumprimento do Acordo de Nível de Serviço.

4.3 - O CIASC não efetuará o pagamento de títulos descontados ou por cobrança em banco, bem como os que forem negociados com terceiros por meio de operação de **“factoring”**.

4.4 - Os pagamentos devidos pelo CIASC serão liquidados por meio de crédito em conta corrente da CONTRATADA.

4.5 - No ato do pagamento, se houver sido imposta qualquer multa o valor correspondente será deduzido da quantia devida.

4.6 - O pagamento será efetuado pelo CONTRATANTE, mediante a apresentação por parte da CONTRATADA dos seguintes documentos devidamente atualizados:

- I) Prova de **regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço**, mediante a apresentação do Certificado de Regularidade do FGTS.
- II) Prova de **regularidade fiscal para com a Fazenda Nacional** de débitos relativos a tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal (SRF) e a **inscrições em Dívida Ativa da União** junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).
- III) Prova de **regularidade fiscal para com a Fazenda Estadual de Santa Catarina** e, se for o caso, do Estado em que for sediado a

CONTRATADA, conforme Decreto Estadual nº 3.650, de 27 de maio de 1993, com a redação do Decreto nº 3.884, de 26.08.1993.

4.6.1- A não apresentação dos documentos exigidos no item 16.6 implicará, automaticamente, na suspensão do pagamento das Notas Fiscais.

4.7 - A CONTRATADA deverá encaminhar o arquivo da Nota Fiscal Eletrônica para o e-mail: [nfe@ciasc.sc.gov.br](mailto:nfe@ciasc.sc.gov.br).

4.7.1 - A CONTRATADA emitirá nota fiscal correspondente ao faturamento do mês e a encaminhará ao CIASC, em até dez dias antes do vencimento. Ocorrendo atraso na entrega, erro ou insuficiência de informações na nota fiscal, ausência de documentação contratual, a data de vencimento será prorrogada pelo mesmo número de dias em que se deu o atraso, a falta de informações ou de documentação, sem qualquer penalidade.

4.7.2 - As notas fiscais não encaminhadas ao [nfe@ciasc.sc.gov.br](mailto:nfe@ciasc.sc.gov.br), serão consideradas como não recebidas.

4.8 - Deverá constar obrigatoriamente nas Notas Fiscais de Prestação de Serviços:

4.8.1- Dos Contribuintes do Município de Florianópolis, o Código Nacional de Atividade Econômica-**CNAE**, correspondente ao serviço prestado; o Código Fiscal de Prestação de Serviços-**CFPS** e o Código de Situação Tributária-**CST**;

4.8.2- Dos Contribuintes de outros Municípios ou outros Estados da Federação, o Código Nacional de Atividade Econômica-**CNAE**, correspondente ao serviço prestado.

4.8.3 - Como contribuinte sediado em Florianópolis, o CIASC está enquadrado como substituto tributário, devendo reter na fonte o Imposto Sobre Serviços (ISS), em conformidade com a legislação municipal vigente.

4.9 - Para efeito de comprovação da incidência do Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), o CIASC está enquadrado como contribuinte do ICMS.

---

### CLÁUSULA QUINTA - DOS PRAZOS

---

5.1 - O prazo de vigência do contrato inicia em 19 de janeiro de 2026, com validade até 27 de agosto de 2030, com eficácia legal após a publicação do seu extrato no Diário Oficial do Estado de Santa Catarina, conforme a Lei no. 13.303/2016 e o regulamento de compras do CIASC

5.2 - Dos serviços: O prazo para Execução dos serviços/Instalação será de até 60 (sessenta) dias após a assinatura do contrato/solicitação de instalação.

---

### CLÁUSULA QUINTA - EXECUÇÃO DO SERVIÇOS

---

6.1 - Os circuitos de acesso previstos neste credenciamento deverão ser entregues nos endereços indicados nas ordens de serviço, de acordo com os Lotes constantes no Anexo A do edital.

- 6.2 - Os circuitos concentradores deverão ser entregues nos endereços indicados no item 3.2.1.1 do Anexo I – Termo de Referência.
- 6.3 - Após a assinatura do contrato, a CONTRATADA será acionada por meio de Ordem de Serviço de Vistoria e Instalação específica, para efetuar a ligação de cada circuito de acesso solicitado pelo CONTRATANTE.
- 6.4 - O prazo de instalação para circuitos de acesso é de até 60 (sessenta) dias. Este prazo poderá ser revisto quando devidamente justificado.
- 6.5 - Mudanças na configuração nos circuitos de acesso deverão ser solicitadas através ordem de serviço na ferramenta de gestão do CONTRATANTE, tendo como prazo máximo 5 (cinco) dias úteis para conclusão.
- 6.6 - As mudanças de configuração compreendem exclusivamente mudanças lógicas nos CPEs e também mudança de velocidade do circuito. As mudanças de velocidade acima de 600Mbps são consideradas projetos especiais e não contarão neste prazo.
- 6.6 - O descumprimento dos prazos de instalação ou de mudança de configuração serão contabilizados para fins de SLA e de penalidades.
- 6.7 - Demais prazos e condições previstas no Edital e seus Anexos.

---

### **CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

---

- 7.1 - A CONTRATADA obriga-se a executar com zelo e atenção todos os serviços, atendendo em padrão e prazos as exigências e demais condições constantes neste Termo de Referência e seus anexos.
- 7.2 - Alocar a equipe técnica habilitada e na quantidade necessária, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos e outros, na qualidade e quantidade necessárias para a plena execução dos serviços.
- 7.3 - Executar as atividades com estrita observância às normas e legislações vigentes.
- 7.4 - Cumprir os prazos e o Acordo de Nível de Serviço estabelecidos no Anexo I - Termo de Referência.
- 7.5 - Comunicar o CIASC por escrito e em tempo hábil, qualquer anormalidade que esteja impedindo a execução do objeto, prestando os esclarecimentos julgados necessários.
- 7.6 - Prover o CIASC das informações necessárias à adequada execução do objeto.
- 7.7 - Cumprir e obedecer às normas internas de segurança, de acesso e permanência nas dependências físicas do CIASC, quando necessária à execução do objeto.
- 7.8 - Manter preposto, aceito pelo CIASC, durante o período de vigência do contrato, para representá-la administrativamente, sempre que necessário.
- 7.9 - Manter as informações de contato do preposto atualizadas durante a vigência do contrato e informar imediatamente ao CIASC no caso de substituição do preposto.

- 7.10 - Manter, durante todo o período de vigência do contrato, todas as condições que ensejaram sua contratação.
- 7.11 - Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, as deficiências apontadas pelo CIASC quando da execução dos serviços ou materiais empregados.
- 7.12 - Responsabilizar-se por todas e quaisquer despesas, inclusive, despesas de natureza previdenciária, fiscal, trabalhista ou civil, bem como emolumentos, ônus ou encargos de qualquer espécie e origem, pertinentes à execução do objeto do presente edital.
- 7.13 - Responsabilizar-se por quaisquer vícios, danos ou prejuízos físicos, materiais ou morais causados ao CIASC ou a terceiros, pelos seus prepostos, advindos de imperícia, negligência, imprudência ou desrespeito às normas, quando da execução dos serviços.
- 7.14 - Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo CIASC e atender prontamente a eventuais solicitações/reclamações.
- 7.15 - Dispor-se a toda e qualquer fiscalização do CIASC, no tocante a execução do objeto, assim como ao cumprimento das obrigações previstas no Contrato.
- 7.16 - Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade da prestação dos serviços, inclusive considerando os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza.
- 7.17 - A CONTRATADA não poderá ceder os créditos, nem sub-rogar direitos e obrigações deste contrato a terceiros.
- 7.18 - Tomar conhecimento e responsabilizar-se para que todos os seus funcionários tomem conhecimento e atendam as normas do Código de Conduta e Integridade do CIASC.
- 7.19 - A CONTRATADA deverá garantir o sigilo e a inviolabilidade das informações a que eventualmente possam ter acesso, durante a execução do contrato.
- 7.20 - A contratada deverá tomar conhecimento e cumprir a Política de Segurança da Informação, regulamentos e outros instrumentos institucionais vigente no CIASC, relativos à Segurança da Informação e as disposições da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei 13.709/2018).
- 7.21 - Quando trata-se de atividade ou serviço que necessite de emissão de Anotação de Responsabilidade Técnica, caberá à CONTRATADA a emissão, às suas expensas.

---

## CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

---

- 8.1 - Prestar à CONTRATADA todas as informações que sejam necessárias à plena execução do objeto

- 8.2 - Providenciar a publicação resumida do instrumento de contrato e aditamento(s), se ocorrer.
- 8.3 - Pagar a CONTRATADA, na forma estipulada do Edital.
- 8.4 - Dar o aceite e recebimento do objeto do presente Edital, se atendidas todas as condições.
- 8.5 - Fiscalizar e acompanhar a execução do contrato sob todos os aspectos, inclusive, quanto ao fiel cumprimento das obrigações previdenciárias, sociais e trabalhistas da CONTRATADA relatando as irregularidades, quando for o caso.
- 8.6 - Notificar a CONTRATADA, por escrito, sobre quaisquer irregularidades que venham ocorrer, em função da execução do contrato.
- 8.7 - Rejeitar, no todo ou em parte, serviços prestados em desacordo com o escopo e especificações técnicas estabelecidas neste termo de referência
- 8.8 - Aplicar à CONTRATADA, quando necessário, as sanções legais cabíveis, garantida a ampla defesa.

---

#### CLÁUSULA NONA - DA RESCISÃO

---

- 9.1 - O contrato **poderá ser rescindido**, nos termos previsto na Seção XI - Da Inexecução e da Rescisão dos Contratos do Regulamento de Licitações e Contratos do CIASC independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial:
  - 9.1.1 - Por ato unilateral de qualquer das partes, precedida de comunicação escrita e fundamentada da parte interessada e ser enviada à outra parte com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.
    - 9.1.1.1-Na hipótese de imprescindibilidade da execução contratual para a continuidade de serviços públicos essenciais, o prazo será de 90 (noventa) dias.
  - 9.1.2 - Amigavelmente, ressalvado o interesse público, por acordo das partes, mediante formalização de aviso prévio com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, não cabendo indenização a qualquer uma das partes, resguardados o interesse do CONTRATANTE e mediante prévia justificação.
  - 9.1.3 - Judicialmente, nos termos da legislação vigente.
  - 9.1.4 - No descumprimento de suas obrigações legais e/ou contratuais pelas partes, assegurado à outra parte o direito de rescindir o contrato a qualquer tempo, independente de aviso, interpelação judicial e/ou extrajudicial.
  - 9.1.5 - A rescisão do contrato, motivada pela CONTRATADA, em decorrência de descumprimento de suas obrigações legais e/ou contratuais, sujeita a CONTRATADA a multa rescisória de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, independentemente de outras multas aplicadas por infrações anteriores.

9.1.6- Da rescisão contratual decorrerá o direito do CONTRATANTE, incondicionalmente, reter os créditos relativos ao contrato até o limite do valor dos prejuízos causados ou em face ao cumprimento irregular do avençado, além das demais sanções estabelecidas no Contrato e em lei, para a plena indenização do Erário.

9.1.7- Na aplicação destas penalidades e das demais previstas neste instrumento serão admitidos os recursos previstos em Lei e garantido o contraditório e a ampla defesa.

9.1.8 - Em caso de rescisão, caberá a contratada a continuidade do serviço pelo prazo de até 60 (sessenta) dias ou tempo suficiente para que os circuitos sejam assumidos pelas demais credenciadas, garantindo que não haverá interrupção do serviço.

---

#### CLÁUSULA DÉCIMA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

---

10.1 - As empresas que não cumprirem as normas do credenciamento e as obrigações contratuais assumidas estarão sujeitas às sanções e penalidades estabelecidas no Edital, no Contrato, **no Capítulo III – DAS SANÇÕES, do Regulamento de Licitações e Contratos do CIASC, e na Seção III – Das Sanções Administrativas da Lei Federal nº 13.303, de 30 de junho de 2016.**

10.2 - A Credenciada que convocada dentro do prazo não comparecer ou se recusar a assinar o Contrato, ou deixar de entregar a documentação exigida no edital, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, descumprir as condições, inclusive de SLA, constante no Anexo I – Termo de Referência garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, ficará sujeita às seguintes sanções:

- advertência;
- multa;
- suspensão temporária do direito licitar e de contratar com o CIASC, por período de até 2 (dois) anos e, se for o caso, descredenciamento no Cadastro de Fornecedores do CIASC, pelo prazo de até 2 (dois) anos e realizado seu registro no cadastro de empresas inidôneas de que trata o Art. 23 da Lei nº 12.846, de 2013.

Parágrafo Primeiro - Nenhuma sanção será aplicada sem o devido processo administrativo.

Parágrafo Segundo - A aplicação das penalidades ocorrerá após defesa prévia do interessado, no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da intimação do ato.

Parágrafo Terceiro - No caso de aplicação de advertência, multa por inexecução total ou parcial do contrato e suspensão temporária, caberá apresentação de recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da intimação do ato.

Parágrafo Quarto - Nos prazos de defesa prévia e recurso serão abertos vista do processo aos interessados.

10.3 - A sanção de advertência é cabível sempre que o ato praticado, ainda que ilícito, não seja suficiente para acarretar danos ao CIASC, suas instalações, pessoas, imagem, meio ambiente, ou a terceiros, principalmente nos casos abaixo:

- a) Descumprimento das obrigações contratuais, ressalvados os casos fortuitos ou de força maior e aqueles que não acarretem prejuízos para o CONTRATANTE;
- b) Execução insatisfatória ou pequenos transtornos no desenvolvimento dos serviços contratados, desde que sua gravidade não recomende a aplicação da suspensão temporária ou declaração de inidoneidade.

10.4 - Multa:

- a) No caso de interposição de recursos meramente procrastinatórios, de não regularização da documentação de habilitação, pela recusa em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pelo instrumento convocatório, no atraso na entrega da garantia contratual, quando exigida, multa correspondente a até 5% (cinco por cento) do valor máximo estabelecido para o credenciamento em questão.
- b) No caso de atraso injustificado por parte da CONTRATADA na execução do objeto contratado, a partir do primeiro dia, a mesma sujeitar-se-á à multa de mora de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) ao dia, sobre o valor contratado, que não excederá a 10% (dez por cento) do montante, que poderá ser descontado dos valores eventualmente devidos pelo CIASC e/ou cobrados de outra qualquer forma legal.
- c) No caso de descumprimento das obrigações legais e das Cláusulas Contratuais pela CONTRATADA, que ensejem a rescisão da presente avença; multa de mora de 20% (vinte por cento) sobre o valor contratado.
- d) No caso de inexecução total, multa não superior a 30% (trinta por cento) sobre o valor da parcela não executada ou do saldo remanescente do contrato.

Parágrafo Primeiro - A multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções, não terá caráter compensatório, e a sua cobrança não isentará a vencedora da obrigação de indenizar eventuais perdas e danos;

Parágrafo Segundo - A multa aplicada a CONTRATADA e os prejuízos por ela causados ao CONTRATANTE serão deduzidos de qualquer crédito a ele devido, cobrado diretamente ou judicialmente.

10.5 - A suspensão temporária será aplicada quando ocorrer:

- a) apresentação de documentos falsos ou falsificados;
- b) reincidência de execução insatisfatória do contrato;

- c) atraso, injustificado, na execução dos serviços, contrariando o disposto no contrato;
- d) reincidência na aplicação das penalidades de advertência ou multa;
- e) irregularidades que ensejam a rescisão contratual;
- f) condenação definitiva por praticar fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- g) prática de atos ilícitos visando a prejudicar a execução do contrato;
- h) prática de atos ilícitos que demonstrem não possuir a CONTRATADA, idoneidade para contratar com o CONTRATANTE.
- i) outros atos de ação ou omissão capazes de causar, ou que tenha causado dano ao CIASC, suas instalações, pessoas, imagem, meio ambiente ou a terceiros.

10.6 - Os descontos por descumprimento de SLA, conforme Anexo I, não se caracterizam como Sanções Administrativas, podendo ser aplicadas cumulativamente.

10.7 - Entretanto, conforme condições constantes no Anexo I, os descumprimentos de SLA poderão descumprimento contratual, na forma de inexecução parcial, sendo passível de aplicação das sanções previstas em contrato e passíveis de rescisão contratual.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO**

11.1 - A execução do objeto contratado será fiscalizada pelo Fiscal de Contrato, designado por resolução do CIASC, em conformidade com o Capítulo II, da Seção IV – Da Gestão e Fiscalização dos Contratos, do Regulamento de Licitações e Contratos do CIASC, o qual caberá comunicar formalmente o descumprimento de quaisquer de suas cláusulas, devendo a CONTRATADA fornecer relatórios, informações e quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários.

11.2 - O CONTRATANTE poderá a qualquer tempo recusar a execução do objeto contratado, no todo ou em parte, sempre que não atender aos padrões técnicos exigidos.

11.3 - A CONTRATADA deverá credenciar preposto para representá-la junto ao CONTRATANTE, com a incumbência de resolver todos os assuntos relativos à execução do contrato.

11.4 - A fiscalização da execução do objeto e prestação dos serviços pelo CONTRATANTE não exclui nem diminui a completa responsabilidade da CONTRATADA por qualquer inobservância ou omissão às cláusulas do Contrato.

11.5 - A CONTRATADA deve permitir e oferecer condições para a mais completa fiscalização do CONTRATANTE, fornecendo informações e propiciando o acesso às documentações referentes ao objeto contratado, bem como atendendo as observações e exigências apresentadas pela fiscalização.

11.6 - O aceite dos serviços executados, previa e definitivamente, objeto deste edital, será realizado conforme condições do Anexo I – Termo de Referência.

---

### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – ANTICORRUPÇÃO**

---

12.1 - As Partes, por seus agentes públicos ou por seus sócios, acionistas, administradores e colaboradores:

12.1.1- declaram que têm conhecimento das normas previstas na legislação, entre as quais nas Leis federais nos 8.429/1992 (Lei de Improbidade Administrativa) e 12.846/2013 (Lei Anticorrupção), seus regulamentos e eventuais outras aplicáveis;

12.1.2 - comprometem-se em não adotar práticas ou procedimentos que se enquadrem nas hipóteses previstas nas leis e regulamentos mencionados no inciso I deste artigo e se comprometem em exigir o mesmo pelos terceiros por elas contratados;

12.1.3 - comprometem-se em notificar à Controladoria-Geral do Estado qualquer irregularidade que tiverem conhecimento acerca da execução do contrato;

12.1.4 - declaram que têm ciência que a violação de qualquer das obrigações previstas na Instrução Normativa Conjunta CGE/SEA nº 01/2020, além de outras, é causa para a rescisão unilateral do contrato, sem prejuízo da cobrança das perdas e danos, inclusive danos potenciais, causados à parte inocente e das multas pactuadas.

---

### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DISPOSIÇÕES FINAIS**

---

13.1 - O presente contrato obriga as partes contratantes, por si e seus sucessores, sendo expressamente vedada a sua transferência, no todo ou em parte, a terceiros, sem o consentimento expresso e por escrito do outro contratante.

13.2 - A CONTRATADA declara que tomou conhecimento prévio do conteúdo deste contrato, com tempo suficiente para reflexão e assimilação dos requisitos e condições ora avençadas, considerando os termos do instrumento negocial claros, perfeitamente legíveis e de natural compreensão.

13.3 - Se qualquer das partes, em qualquer tempo, deixar de observar as cláusulas e condições deste contrato e a outra não exigir o seu cumprimento de imediato, constituir-se-á em ato de mera liberalidade, não podendo, jamais, ser entendido ou surtir efeitos de novação ou alteração às disposições contratuais.

13.4 - Os tributos que forem devidos em decorrência direta ou indireta do presente contrato, ou de sua execução, constituem ônus de responsabilidade do contribuinte, conforme definido na lei tributária.

13.5 - Quaisquer questões decorrentes da execução do contrato, que possam ser suscitadas entre o CIASC e a CONTRATADA, serão resolvidos de acordo com a legislação vigente.

13.6 - A alteração de qualquer das disposições estabelecidas neste termo de Contrato somente se reputará válida se tomadas expressamente em Instrumento Aditivo, que ao presente se aderirá, passando a dele fazer parte.

13.7 - O presente contrato foi elaborado de acordo com o **Processo CIASC 1574/2024 – Edital de Credenciamento 021/2025** e **Processo 0930/2025** sujeitando-se as normas pertinentes.

---

#### CLÁUSULA DECIMA QUARTA - DO FORO

---

Para dirimir qualquer litígio que possam surgir, as partes elegem, com exclusão de qualquer outro e por mais privilegiado que seja, o Foro da Comarca de Florianópolis, Estado de Santa Catarina.

E por estarem assim justas e contratadas, as partes firmam o presente Instrumento, juntamente com as testemunhas.

Florianópolis, 12 de janeiro de 2026.

**Pelo Contratante:**

---

Gustavo Madeira da Silveira  
Diretor-Presidente

---

Cristina Orthmann da Silva  
Diretora de Tecnologia da Informação

**Pela Contratada:**

---

Claudiomir Santos  
Diretor

**Testemunhas:**

---

Bruno Nascimento Lopes  
Gerente de Redes e Data Center

---

Matheus Norberto Gomes  
Gerente Administrativo e Financeiro



Código para verificação: **PK58F25A**

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

-  **CLAUDIOMIR ANTONIO DOS SANTOS** (CPF: 563.XXX.079-XX) em 13/01/2026 às 13:36:54  
Emitido por: "Autoridade Certificadora SERPRORFBv5", emitido em 26/09/2025 - 11:15:35 e válido até 26/09/2026 - 11:15:35.  
(Assinatura ICP-Brasil)
-  **MATHEUS NORBERTO GOMES** (CPF: 042.XXX.639-XX) em 14/01/2026 às 12:09:56  
Emitido por: "SGP-e", emitido em 19/11/2019 - 13:16:05 e válido até 19/11/2119 - 13:16:05.  
(Assinatura do sistema)
-  **BRUNNO NASCIMENTO LOPES** (CPF: 051.XXX.016-XX) em 14/01/2026 às 19:22:37  
Emitido por: "SGP-e", emitido em 08/04/2019 - 17:29:17 e válido até 08/04/2119 - 17:29:17.  
(Assinatura do sistema)
-  **CRISTINA ORTHMANN DA SILVA** (CPF: 014.XXX.609-XX) em 15/01/2026 às 14:53:20  
Emitido por: "Autoridade Certificadora SERPRORFBv5", emitido em 11/09/2025 - 13:26:41 e válido até 10/09/2028 - 13:26:41.  
(Assinatura ICP-Brasil)
-  **GUSTAVO MADEIRA DA SILVEIRA** (CPF: 806.XXX.630-XX) em 15/01/2026 às 15:55:02  
Emitido por: "SGP-e", emitido em 13/07/2018 - 14:02:49 e válido até 13/07/2118 - 14:02:49.  
(Assinatura do sistema)

Para verificar a autenticidade desta cópia, acesse o link <https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo/conferencia-documento/Q0IBU0NfMjIwOV8wMDAwMDkzMjF85MzlfMjAyNV9QSzU4RjI1QQ==> ou o site <https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo> e informe o processo **CIASC 00000930/2025** e o código **PK58F25A** ou aponte a câmera para o QR Code presente nesta página para realizar a conferência.